

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

PERDA ECONÔMICA RELATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1920 A 1980

RAMON DA SILVA COIMBRA
Matrícula nº: 105044246

ORIENTADOR: Prof. RENE DE CARVALHO

SETEMBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

PERDA ECONÔMICA RELATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1920 A 1980

RAMON DA SILVA COIMBRA
Matrícula nº: 105044246

ORIENTADOR: Prof. RENE DE CARVALHO

SETEMBRO 2013

Dedico Este trabalho aos meus filhos Ramon e
Morena

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família que me ajudaram e incentivarm ao logo de toda a graduação.

RESUMO

O Rio de Janeiro é abordado como tema nesta pesquisa bibliográfica, onde são revelados alguns aspectos da vida da sociedade, nos anos de 1920 a 1975, tomando principalmente por base os relatos e comentários dos seus historiadores Carlos Lessa e Mauro Osório, que descrevem pormenorizadamente a trajetória percorrida pela cidade, nos anos dourados, em que era a capital da República, considerada e festejada como o ponto central do Brasil, até o período de lenta decadência, que pode ser percebida desde a mudança da capital federal para Brasília e que se reflete até hoje em todos os aspectos: culturais, sociais, econômicos e financeiros, podendo ser o exemplo da metrópole em que convivem, muitas vezes lado a lado, pessoas de classes sociais diametralmente opostas, com as graves sequelas que essa situação tende a gerar.

Palavras-chave: Decadência. Esvaziamento sócio-econômico. Perda econômica. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Rio de Janeiro is approached as a topic in this bibliographical research, which revealed some aspects of life in society, in the years 1920 to 1980, taking mainly based on reports and reviews of their historians Carlos Lessa and Mauro Osorio, which describe in detail the path traveled by the city in the golden years, when it was the capital of the Republic, considered and feted as the centerpiece of Brazil, until the period of slow decline, which can be seen from the change of the federal capital to Brasilia and that is reflected to this day in all aspects: cultural, social, economic and financial, and can be the example of the metropolis in which live together, often side by side, people with diametrically opposed social classes, with the serious consequences that such a situation tends to generate.

Key-words: Decadence. Socio-economic drain. Economic loss. Rio de Janeiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – Antecedentes Históricos	12
CAPÍTULO II - A Dinâmica Cafeeira no Vale do Paraíba (Apogeu e Crie)	15
CAPÍTULO III – O Panorama Industrial Carioca até 1920	19
CAPÍTULO IV - Economia Carioca Entre 1920 e 1980 e o Esvaziamento Relativo	24
IV.1 - Processo de Industrialização brasileira de 1920 a 1980	25
IV.2 - Economia Carioca entre 1930 e 1980	30
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CETEL	Cia. Telefônica (do estado da GB)
Cia.	Companhia
CNC -	Confederação Nacional do Comércio
CNI -	Confederação Nacional da Indústria
CSN -	Companhia Siderúrgica Nacional
COBRA -	Companhia Brasileira de Computadores
COPEG -	Companhia do Estado da Guanabara
COSIGUA -	Companhia Siderúrgica do Estado da Guanabara
FGV -	Fundação Getúlio Vargas
FNM -	Fábrica Nacional de Motores
IAB -	Instituto dos Arquitetos do Brasil
JK -	Juscelino Kubitschek
PIB -	Produto Interno Bruto
PND -	Plano Nacional de Desenvolvimento
REDUC -	Refinaria Duque de Caxias
RMRJ -	Região Metropolitana do Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, foi organizada como fortificação militar, porto e eixo de logística nacional (LESSA, 2000). Consolidou-se como epicentro da articulação nacional no que tange as decisões políticas, econômicas e sociais, também era o grande disseminador cultural da Colônia, principalmente a partir de 1763 quando passa a ser vice-reinado de Portugal em pleno ciclo aurífero brasileiro, ganhando ainda mais força com a chegada da Família Real em 1808. O ciclo do café foi de grande prosperidade para esta região, que permaneceu tributária da maior região produtora nacional até aproximadamente 1802 (Vale do Paraíba), neste período o Rio polarizou a economia nacional até a derrocada desta cultura em 1873, sendo superada posteriormente por São Paulo (Oeste Paulista) que começa a partir deste momento, como veremos, a consolidar-se como principal economia do país. Salientamos que mesmo após a derrocada da economia cafeeira no Vale do Paraíba, o café continua sendo o principal produto na pauta de exportações brasileiras.

Também foi pioneira na industrialização brasileira já nos umbrais do século XIX e início do período de pré-industrialização, que se processou nas primeiras décadas do século XX até 1930. Concentrou em seu território os principais segmentos industriais a exemplo da principal indústria têxtil nacional. Isto ocorre em virtude do Rio possuir a primazia na economia urbano-mercantil do país neste período. A produção carioca foi superada pela paulista entre no intervalo 1907-20, mais precisamente no pós Segunda Guerra Mundial, onde esta região toma a dianteira do processo industrial.

Na fase de industrialização restringida, ou de substituição de importações que ocorreu entre 1930 e 1955. Não obstante o Rio continuar crescendo e diversificado sua matriz produtiva, esta faz-se a taxas inferiores a paulista e a média nacional. No final deste processo, o antigo Estado do Rio de Janeiro é agraciado com uma grande injeção de investimentos estatais, sendo instalados em seu território, conforme veremos mais detalhadamente, diversas plantas industriais, principalmente indústria de base, contribuindo para migração desta indústria para fora do limites do Distrito Federal. Sublinhamos que no intervalo 1920-60 o Rio de Janeiro viveu os anos dourados de sua história no que tange a cultura, demografia e política, acumulou prestígio e ratificou sua centralidade frente as demais regiões do país. Mesmo com desempenho médio anual neste período bastante considerável, o Rio continuou acumulando perda de participação na economia nacional, “Além disso, do ponto de vista da dinâmica econômica, tanto a cidade do Rio de Janeiro quanto o antigo Estado do Rio apresentam uma taxa de crescimento, nos anos 1960, muito próxima à da economia brasileira [...]” (OSÓRIO, 2005, p.

23) não caracterizando perdas reais em relação ao restante do país e sim relativa. como podemos observar nas palavras de Lessa (2000, P. 237:238)

“As décadas de 1920 a 1960 foram de prosperidade e de acumulação de prestígio no Rio de Janeiro. A cidade desdobrou-se em novos comportamentos e dimensões, e o Rio urbanizou-se em sintonia com esses novos tempos. Cabe sublinhar que foi sendo secundarizado, em termos demográficos e de produção industrial, em relação a São Paulo. Desde a Primeira Guerra Mundial, São Paulo lidera a produção industrial e, apesar de crescer, o Rio vê a distância relativa das respectivas bases industriais ser ampliada, para não lembrar a espantosa diferença no campo agrícola desde a derrocada da cafeicultura. Porém o Rio - concentrando serviços sofisticados, com o núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo portal dos visitantes nacionais e estrangeiros e alimentado por contínuas e crescentes injeções de gasto público - parecia ter assinado um pacto com a eterna prosperidade.”

A fase de industrialização pesada, principalmente em seu início, pelas medidas tomadas a partir de 1956 no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, São Paulo é amplamente privilegiada por tais, assim, como veremos mais adiante, a indústria paulista torna-se de uma vez por todas a locomotiva industrial brasileira, capitaneada pela região do ABC paulista, perdendo fôlego somente a partir de 1970, período de desconcentração industrial, onde o governo, como veremos neste trabalho, através do II PND, começa a privilegiar as matrizes produtivas de outras regiões do país. Neste interim, o Rio de Janeiro é fortemente abalado por duas mudanças institucionais de grande monta, que foram a mudança da capital federal para Brasília em 21 de abril de 1960, apontado por Osorio (2005) como sendo uma quebra no marco institucional do Rio de Janeiro, porém os efeitos negativos da quebra não foram sentidos de imediato pelo simples fato de todos acreditarem que o Rio continuaria como capital de fato devido à cultura de capitalidade arraigada no âmago da sociedade carioca desde a época colonial. No campo econômico, a Guanabara (como passou a ser chamado o antigo Distrito Federal) o único estado-município no país, conta até 1974 com receitas dessas duas esferas governamentais em seu exíguo território, dirimindo ainda mais os efeitos da mudança da Capital.

Em 1974 ocorre a segunda e última mudança, quando a Guanabara funde-se ao Estado do Rio de Janeiro, este último encontrava-se em estado de completo retrocesso, contrastando com a Guanabara muito mais próspera e moderna. Ainda em decorrência destes fatos, o Rio perde o status de estado-município e principalmente o orçamento por exercer essas duas funções governamentais, restando apenas o enxuto orçamento municipal para manter uma cidade moderna e com capilaridades urbanas bastante complexas. Este período é onde se processam as maiores perdas no setor terciário fluminense.

Mesmo com desempenho econômico menos intenso que a média nacional, o Rio continuou atraindo maior contingente de imigrantes, tanto internos quanto externos, durante todo o período que compreende os anos dourados, todavia com tamanhas modificações em sua estrutura institucional no final deste processo e contínuas perdas de participação na renda e emprego nacional, fizeram sua curva de atração demográfica sofrer quedas acentuadas após 1970. Somam-se as causas anteriormente citadas, a contínua degradação da qualidade de vida de sua população, que outrora era considerada a melhor do país, devido ao descaso do poder público na manutenção de equipamentos públicos essenciais a vida do carioca.

Neste trabalho apresentaremos as principais ideias de como se processou o esvaziamento econômico relativo ocorrido no Rio de Janeiro no período de 1920 a 1980 passando primeiramente pelos antecedentes históricos de sua formação econômica.

1 Antecedentes Históricos

Apresentaremos neste capítulo de forma abreviada os antecedentes da inserção do Rio de Janeiro no cenário econômico nacional até o ano de 1920.

O Estado do Rio de Janeiro sempre ocupou um lugar de destaque na economia brasileira, porém com características que o distinguem de todos os demais. Em primeiro lugar, é a unidade da Federação que detém o maior grau de polarização do PIB. Sua população também tem o maior nível de densidade urbana. (SANTOS, 2002)

As atividades econômicas do Rio de Janeiro têm início no século XVII como entreposto comercial das rotas do atlântico e abastecimento de navios que faziam a defesa da costa. Neste mesmo período se intensificam a exploração e comercialização do pau-brasil e o cultivo de cana de açúcar nos arredores da Baía de Guanabara (SILVA, 2004). Lessa (2000), afirma que o tráfico negreiro junto ao contrabando ajudou no fortalecimento econômico de caráter urbano exercido por essa região em todo período colonial.

O Rio de Janeiro começa, efetivamente, ganhar importância logística com o contrabando da prata oriunda da América Espanhola, devido a necessidade portuguesa em obter metais preciosos para continuação do comércio de especiarias com as Índias.

“Os ciclos da prata e do ouro teriam sido momentos iniciais decisivos para a configuração da região como eixo de logística, já que era o seu Porto que articulava essas atividades com o mundo exterior. O interesse de Portugal pela prata devia-se ao fato de que, naquele período, ela era a moeda de troca para o comércio europeu com o Oriente. Uma vez que naquele momento, o mercado consumidor do Oriente não apresentava, de maneira geral, maior interesse pelos produtos ocidentais, a prata seria fundamental para o comércio de especiarias com as Índias - então, apreciada na Europa. Assim, para equilibrar a conta de comércio entre Europa e Oriente, seriam necessárias pesadas transferências de prata e ouro”. (OSÓRIO, 2005, p. 86)

Cabe ressaltar que o Rio apresentava vantagens geográficas em relação ao nordeste brasileiro no tocante as rotas Brasil-África e Brasil Bacia do Prata, facilitando o tráfico de africanos, importação de especiarias e produtos europeus além da exportação de alguns gêneros produzidos na colônia.

“... A escolha de Portugal de utilizar o Rio de Janeiro como nó logístico teria sido determinada pelas vantagens da rota Rio-África em relação à rota Nordeste-África. Assim, o Rio de Janeiro passaria a ser um entreposto entre duas rotas. A primeira a cidade à Europa, Ásia e África, para exportação de produtos como açúcar, tabaco e farinha de mandioca e a importação de especiarias das Índias, produtos europeus e, sobretudo africanos. A segunda rota uniria o Rio de Janeiro à América Espanhola e ao Rio da Prata, para o contrabando de escravos e mercadorias em troca da prata peruana.” (OSÓRIO, 2005, p. 86)

No fim do século XVII começam as explorações das jazidas de ouro em Minas Gerais e dado a proximidade com a região produtora, em 1763 o Rio de Janeiro passa a sediar o Vice-

Reinado, anteriormente localizado em Salvador. Esta transferência foi de cunho estratégico no sentido de controlar a produção aurífera e diminuir segundo Lessa (2000, p. 70) a “... angústia fiscal portuguesa [...]” já que a arrecadação era declinante nesse período.

O escoamento da produção aurífera era feito pelo Porto do Rio que também tinha papel fundamental no abastecimento do centro produtor. Neste período, “O Rio de Janeiro transformou-se também em principal porto de entrada de importações e centro redistribuidor de manufaturas, principalmente de escravos africanos.” (SANTOS, 2002, p. 32), e conforme observado por Osório (2005, p. 88)

“A centralidade do Rio acentuou-se também pelo fato de, paralelamente ao comércio exterior - sua principal atividade -, ter-se desenvolvido, durante o século XVIII, o comércio colonial de cabotagem, que trocava escravos pro fumo baiano e carne-seca e banha do Sul do país. Com o Planalto Central, o Rio articula-se como praça atacadista, vendendo escravos, alimentos e manufaturas importadas e recebendo pagamento em ouro e diamantes. [...]”

Os fatos citados promoveram o “... deslocamento definitivo do epicentro administrativo da colônia para a cidade.” (LESSA, 2000, p. 70). Ainda neste período o tráfico de negros é intensificado face o aumento de demanda provocado pela região mineradora (LOUREIRO, 2006).

“A partir de então, o Rio adquirindo, paulatinamente, papel de destaque e centralidade, no que se refere à política e à economia brasileira. A região pôde usufruir vantagens referentes ao fato de sediar a principal base de exportação existente na época no território brasileiro, assim como, e muito especialmente, aquelas alusivas ao fato de ser sede administrativa colonial” (SILVA, 2004, p. 6).

No fim do século XVIII o ciclo do ouro entra na parte descendente da sua curva histórica de produtividade, e no preâmbulo do século XIX o Rio de Janeiro encontrava-se envolto pela crise da mineração e a colônia não possuía nenhum outro gênero de exportação substituto neste período. Em 1808 a coroa portuguesa desembarca em terras brasileiras com uma comitiva de quinze mil portugueses como consequência das guerras napoleônicas. Este fato é decisivo para consolidação do Rio como palco das principais decisões políticas e econômicas da colônia.

No mesmo ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil, é realizada a abertura dos portos as nações amigas através de decreto em carta régia pelo então Príncipe Regente Dom João de Bragança, acabando também com o exclusivo metropolitano que obrigava a colônia comercializar somente com a Metrópole. Outra principal consequência deste decreto foi a intensificação do comércio colonial principalmente com a Inglaterra e “A maior circulação de renda monetária propiciaria aumento dos negócios, o mais importante dos quais foi o comércio de escravos.” (SANTOS, 2002:33)

O incremento do comércio fomentou novas necessidades de consumo de uma burguesia nascente que começava a ascender na Colônia. Já em 1815 a colônia brasileira é elevada à categoria de Reino Unido de Brasil Portugal e Algarves.

A época o Rio de Janeiro apresentava estrutura urbanística e aparelhos públicos ainda muito precários, com gargalos no fornecimento de água encanada, policiamento, iluminação pública. Além destes problemas, com a mudança do eixo político e administrativo para terras cariocas e consequente vinda dos órgãos da administração pública e justiça, Academias, hospitais e quartéis o que ratificou a necessidade de melhorias na infraestrutura da cidade. Estes “*gaps*” foram cobertos com aumentos consideráveis do gasto público que já em 1820 superava a arrecadação. (LOUREIRO, 2006).

Segundo (SILVA, 2004), com a chegada da corte, o Rio começa a atrair um grande volume de pessoas e capitais havendo uma melhoria sensível em sua malha de serviços que atenderia as novas demandas desta massa urbana que começa a se formar em solo carioca. Neste período houve transformações de caráter sociocultural e também na fisionomia arquitetônica da cidade.

“Ao lado disso, D. João VI agregaria institucionalização formal e informal à vida colonial com a criação de tribunais, conselhos, câmaras etc. [...] além disso, instalaria o primeiro Banco do Brasil e a Real Biblioteca de Língua Portuguesa, atual Biblioteca Nacional, promovendo o surgimento de um grande número de livrarias na cidade, apoiaria o estudo formal das Belas Artes, a vinda da comissão francesa em 1816, que divulgaria o neoclassicismo, e a realização de recitais de música erudita e peças teatrais.” (OSÓRIO, 2005, p. 88)

No bojo de todas essas modificações, o Rio além de ser o centro político-administrativo da colônia, passa a figurar como principal estrela do elenco colonial devido seu aspecto cosmopolita, explicado pelo intenso fluxo migratório vindo da Europa, principalmente franceses que disseminaram muito da sua cultura e hábitos, os quais rapidamente alastram-se pela cidade (Loureiro, 2006) e “Paralelamente, com o movimento diário do Porto, o Rio de Janeiro incorporava influências culturais e hábitos europeus.” (OSÓRIO, 2005, p. 88).

Em 1822 é declarada a Independência do Brasil, a província do Rio que já é sede da colônia desde 1763, é em 1834, separada institucionalmente do restante da província sendo elevada à categoria de município-neutro e sede política-administrativa do agora Império do Brasil, cabendo a Niterói a condição de sede da antiga província. Isto gera grandes distorções no tocante a infraestrutura e alcance do gasto público, privilegiando o município-neutro em detrimento da província do Rio que ficara lançada a própria sorte.

2 – A dinâmica cafeeira no Vale do Paraíba (apogeu e crie)

Conforme demonstramos anteriormente, com a chegada da Corte Portuguesa e o deslocamento do centro político-administrativo e econômico para o Rio de Janeiro, proporcionaram os alicerces para o início do cultivo do café em terras brasileiras, com especial destaque para região do Vale do Paraíba. “A concentração da atividade exportadora e importadora fez ingressar e circular na economia fluminense capitais e população que foram decisivos para a exploração da economia cafeeira do país. Sem esses recursos, dificilmente essa cultura teria sido implantada.” (SANTOS, 2002, p. 33).

A cultura cafeeira disseminou-se rapidamente e com êxito no Vale do Paraíba em meados do século XVIII dado esta região possuir solo, a princípio favorável ao cultivo, em quantidades abundantes e próximas aos portos por onde era escoada sua produção, o que diminuía significativamente os custos com transporte. A mão de obra, em bases escravistas, era suprida pelo tráfico internacional, além da superexploração dos escravos promovida por seus proprietários, garantindo uma produção em grande escala e a baixos custos. Contudo, eram utilizadas técnicas predatórias de uso do solo que mantinham os lucros e garantiam preços competitivos frente aos concorrentes internacionais (VIERA, 2000). Ainda segundo Silva “... a demanda externa do café era preexistente, sendo “alargada” pelo rebaixamento dos preços, resultante da grande oferta brasileira do produto, o que, diga-se de passagem, possibilitou a “generalização” de seu consumo.” (2004, p. 9).

O café era responsável, no período imediatamente anterior a 1861, por 60% das exportações realizadas pelo Brasil, se reduzindo no período seguinte para 45% em consequência da diminuição das importações dos Estados Unidos que se encontrava envolvido na Guerra de Secessão. (DELFIM NETTO, 1959).

A expansão da produção do Vale do Paraíba estimulada pela alta dos preços internacionais entre 1858 e 1863 possibilitou, inclusive, o Brasil passar pela Guerra do Paraguai, que durou de 1864 a 1870 aproximadamente, sem grandes oscilações cambiais (DELFIM NETTO, 1959). “As exportações do Brasil, que haviam atingido a média 3,6 milhões de sacas por ano em 1868/71, atingiram a 3,3 milhões em 1873/76. Em compensação, os preços do produto dobraram entre os dois períodos [...]” (DELFIM NETTO, 1959, p. 52), o que significou a quase dobra das receitas brasileiras com a exportação deste produto.

O apogeu da economia cafeeira do Vale do Paraíba ocorreu na década de 1870 e início de 1880 como podemos observar na tabela 1. O Rio de Janeiro era responsável por 52% da produção nacional exportável em 1876, todavia este aumento de produção deu-se a custos crescentes, ocasionando perda fôlego já nos primeiros anos do decênio de 1880, como afirma

Vieira “A cafeicultura fluminense atinge seu nível máximo de produção em 1882. A partir daí, assistimos à sua derrocada (...)” (2000, p. 24).

Tabela 1: Produção Exportável de Café por Região (em mil sacas)

Média Anual	SP		RJ		MG		ES		TOTAL	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
1876-1880	925	24%	1.987	52%	767	20%	124	3%	3.803	100%
1881-1890	2.138	37%	2.176	38%	1.200	21%	250	4%	5.764	100%
1891-1900	4.775	61%	911	12%	1.787	23%	416	5%	7.889	100%
1901-1910	9.252	68%	995	7%	2.772	20%	579	4%	13.598	100%
1911-1920	9.306	70%	812	6%	2.446	18%	700	5%	13.264	100%
1921-1930	11.131	67%	945	6%	3.445	21%	1.210	7%	16.731	100%

Fonte: (SILVA, 2004)

Os custos de produção do café no Vale do Paraíba começam a se elevar já em 1850 com a proibição do tráfico internacional, causado pelo estremecimento das relações entre Brasil e Inglaterra, face a mudanças tarifárias brasileiras e a não-prorrogação em 1844, por parte brasileira, de acordos comerciais entre as partes. Isto intensificou as medidas abolicionista inglesas, dificultando o comércio internacional de escravos, culminando com sua proibição em 1850. (CANO, 1975). Outro fatores que influenciaram na alta dos preços da mão de obra empregada no Vale do Paraíba também são apontados por Delfim Netto.

“... a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, a qual, do ponto de vista prático, extinguiu o comércio de escravos e limitou, portanto, as possibilidades de ampliação da oferta de mão-de-obra dentro do mercado nacional, que já era o principal fornecedor do produto. Esta limitação da mão-de-obra atingiu duramente as lavouras do Rio de Janeiro (O então grande exportador) [...]” (1959, p. 49).

O abastecimento de escravos ainda se mantém até 1856 na forma de contrabando e em 1875 o mercado carioca seria abastecido basicamente pelo nordeste brasileiro (CANO, 1975).

Na tabela2, observamos dados referentes a populações livre e escrava das regiões produtoras de café no período de 1823 a 1972, nela constatamos decréscimo da participação da população cativa no total de habitantes presentes em todas as regiões examinadas, com exceção do Rio de Janeiro, cuja participação elevou-se proporcionalmente no período observado. Esta ocorreu mediante migrações de outras regiões e da transferência desse fator de produção dos serviços domésticos, da própria região fluminense para as regiões produtoras, face o aumento de demanda provocado pela elevação da produção ocorrida no Vale do Paraíba neste período, além acréscimo do preço deste ativo após a proibição do tráfico.

Tabela 2: População Livre e Escrava das Principais Regiões Produtoras de Café, 1823 a 1872

Província	1823			1872		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
Corte	-	-	-	226.033	48.939	274.972
Minas Gerais (a)	425.000	215.000	640.000	1.669.276	370.459	2.039.735
Rio de Janeiro	301.099 (b)	150.549 (b)	451.648 (b)	490.087	292.637	782.724
São Paulo	259.000	21.000	280.000	680.742	156.612	837.354
Espírito Santo	60.000	60.000	120.000	59.478	22.659	82.137

Fonte: Viera (2000:23)

Nota: (-); (b) Província do Rio de Janeiro

Apud: Stain (1961)

Com o encarecimento da mão de obra, em decorrência dos fatos citados, os fazendeiros viram seus custos de produção subirem vertiginosamente e reagiram a esta mudança de cenário intensificando o plantio do café, chegando à especialização, dedicando-se quase exclusivamente ao cultivo deste produto em detrimento de outras culturas de subsistência, gerando consequências nefastas sobre o custo de manutenção dos escravos.

“(…) com o crescente encarecimento da mão-de-obra, a agricultura cafeeira tende à especialização, reduzindo os cultivos alimentares, transformando, assim uma parcela de custos que antes eram em grande parte não-monetários (uma vez que o escravo produzia grande parte do seu próprio alimento), em efetivos desembolsos monetários com a compra de alimentos (…) Com efeito, entre 1855 e 1875, os preços do arroz e do feijão, mais do que duplicaram; os do açúcar, da farinha de mandioca e do toucinho, cresceram mais de 50%”. (CANO, 1975:14).

Adicionamos as estes fatos o seguinte, “Se, de um lado, a elevação dos preços dos escravos e das terras imprimiu a necessidade de intensificar seu uso na produção cafeeira, por outro lado, isto não contribuiu para o desenvolvimento de uma agricultura produtora de alimentos, no próprio complexo.” (CANO, 1975:15). O autor também afirma que este tipo de agricultura também é fortemente afetado pelas mazelas que atingiram a cafeicultura, como preço alto das terras, alto preço da mão de obra e a exaustão a terra provocado pelo seu uso intensivo.

Com a necessidade de importação desses bens de outras províncias ou da capital, fica caracterizado um maciço vazamento de divisas da região produtora. A relação de trocas entre o capital comercial urbano, situado na capital, e o agrário, situado no interior fluminense é analisado da seguinte forma por Cano “essas relações de troca entre esses dois seguimentos, certamente não podem ser chamadas de “normais”, mais sim de flagrante expropriação do parco excedente agrícola cafeeiro pelo comércio urbano.” (1975:18), dificultado sobremaneira a situação de penúria pela qual passavam muitos agricultores dessa região, evidenciando a supremacia do capital mercantil sobre o agrícola.

Mencionamos linhas atrás, a utilização de técnicas predatórias de uso do solo que exauriram rapidamente as terras mais próximas aos portos, conjugado a necessidade de aumento da produção, o plantio de novos cafezais foi se interiorizado, aumentando os custos de transporte que só foi atenuado no período de 1867-1883 com a instalação do sistema ferroviário possibilitando o escoamento da produção das fazendas mais interioranas. (VIEIRA, 2000) e também segundo Cano (1975, p. 17).

“A introdução do sistema ferroviário, sem dúvida alguma, provocou uma redução apreciável nos custos de transporte do café, anteriormente feitos em carro de boi ou através de tropas, em direção aos mais próximos portos fluviais e marítimos da região [...]. Isto Permitiu um novo alento à cafeicultura escravista: a redução dos fretes compensou, ainda que só em parte, o agravamento dos custos, permitindo dessa forma a continuidade da acumulação cafeeira.”

O autor afirma que a expansão ferroviária sofria concorrência de pequenos portos fluviais e rodovias, subutilizando sua planta o que anulava parte dos ganhos de escala proporcionados por esta. Além disso, estes investimentos foram realizados após os cafezais já estarem em sua fase madura, com exceção dos plantados na parte oriental após 1870, não causando o efeito desbravador de novas terras observado no Oeste Paulista. Outro efeito negativo apontando, é a situação de crise vivida pela economia em 1880, também gerando efeitos perversos nos lucros das empresas ferroviárias, tendo como única saída à estatização dos empreendimentos.

(VIEIRA, 2000) A partir de 1870, na busca de terra férteis disponíveis e mais baratas, fazendeiros migram em direção à Zona da Mata Mineira, Espírito Santo e logo em seguida para o Oeste Paulista, onde o café encontraria condições ideais de solo, topografia, clima e mão de obra assalariada com menores custos, quando comparados aos praticados no Vale do Paraíba, para seu cultivo, sem falar na utilização em larga escala de técnicas de produção mais eficientes, também comparados a região fluminense.

“A maioria das máquinas e equipamentos de para beneficiamento do café, era muito mais utilizada do “Oeste Paulista” do que nessa região. Este fato tem sua explicação na relativa incompatibilidade do progresso técnico via mecanização, em relações de produção eminentemente escravista e, por outro lado, no sério problema da penúria financeira desses fazendeiros, principalmente na segunda metade da década de 1880, quando o uso dessas máquinas pode se tornar mais acessível em termos de preço e de disponibilidade interna de produção nacional. (CANO, 1975:15-16).

Entre 1876 e 1890 as produções das referidas áreas duplicam e quando somadas ultrapassam a produção do Vale do Paraíba (dados facilmente verificados na tabela1) que perde

protagonismo no cenário nacional, no tocante a produção de café, sustentado por décadas chegando aos umbrais da decadência.

“Esgotada a possibilidade de continuação da expansão do café na parte ocidental do Vale do Paraíba, sua marcha continuou, em parte, dirigindo-se à região oriental (no Rio de Janeiro), penetrando também na Zona da mineira e no Espírito Santo, mais tarde. A outra parte, marcharia em direção aos “Oeste Paulista”, região onde o café não encontraria aquela limitação de terras. Pelo contrário, no “Oeste Paulista”, a terra seria na verdade “um livre conduto” à expansão cafeeira, tanto que se refere à sua disponibilidade quantitativa, quanto aos seu principal aspecto que é o das condições de clima, fertilidade e topografia. Persistindo ainda, por relativamente curto espaço de tempo, os problemas de transporte. A produção paulista de café até o início da década de 1870, representava apenas 16% do total brasileiro, a partir desse momento, ingressa num período de vigorosa expansão, perfazendo em 1875 cerca de um quarto da produção nacional, saltando dez anos depois, para 40%. (CANO, 1975 p. 19)

Cabe lembrar que, com a abolição da escravidão em 1888 uma parte considerável do ativo, escravos, de muitos fazendeiros dessa região torna-se ilíquida, dificultando inclusive a captação de crédito junto a instituições financeiras, onde este ativo servia de garantia, além de serem detentores de terras exauridas com baixo valor de lastro. O sistema de financiamento do café já havia mudado desde 1850 com a perda de importância das pequenas casas comissárias, entrando em cena bancos estrangeiros, que não estavam dispostos a tomar esse risco, e o Banco do Brasil que não possuía uma política clara de crédito agrário. Com isso fazendeiros escravistas não conseguiram migrar para o sistema de assalariado de produção que exigia um grande volume de capital para pagamento deste meio de produção, além da crise de preços dos bens agrícolas não café que assolava o mercado carioca. Assim a região fluminense termina o ciclo do café em clima de total melancolia e ostracismo, passando de protagonista a mero espectador.

3 – O Panorama Industrial Carioca até 1920

Mostraremos neste tópico, os principais movimentos da industrialização ocorrida no Rio de Janeiro, observando o período de domínio no cenário nacional e posterior perda de importância frente a São Paulo e os principais motivos desta perda relativa de participação no setor secundário da economia nacional.

O Rio foi pioneiro no que tange a industrialização brasileira, que se processou ainda no final do século XIX. Neste período a região era o epicentro logístico, cultural, administrativo, financeiro além de sede do governo federal. Desta forma o Rio de Janeiro transformara-se no *locus* natural da atividade industrial nacional (LOUREIRO, 2000), “a Guanabara despontou mais cedo do que as demais regiões na concretização de um implante industrial[...]”.(CANO,

1975, p. 245) “o desempenho industrial do antigo Distrito Federal e do antigo Estado do Rio de Janeiro, e tomando por base as diversas estatísticas do período, verifica-se um quadro de liderança no desenvolvimento industrial brasileiro pelo menos até 1907 [...]” (VIEIRA, 2000, p. 94).

Estava localizada na cidade do Rio a mais importante praça industrial nacional, a indústria carioca teve papel de vanguarda na produção nacional principalmente nos setores têxtil, alimentício e metalurgia (SILVA, 2004). Segundo Loureiro (2006), a formação industrial ocorrida no Rio serviu como mola propulsora de atração demográfica, comprovada na Tabela 3, de outras regiões, aumentando ainda mais o caráter centralizador exercido pela cidade cosmopolita.

Tabela 3. População residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes)

Capitais	1872	1890	1900	1920
Rio de Janeiro	275	522	811	1.148
São Paulo	31	65	240	579
Salvador	129	174	206	283
Recife	117	112	113	239
Fortaleza	42	41	48	79
Belo Horizonte	-	-	13	56
Curitiba	13	25	50	79
Porto Alegre	44	52	74	179
Belém	61	50	97	236

Fonte: LOUREIRO, 2004

Quando observando o quadro demográfico das principais cidades, podemos observar, a cidade do Rio de Janeiro em 1872, conta com um contingente populacional de 275 mil pessoas, muito maior se comparados aos 31 mil observados em São Paulo. Mesmo quando confrontamos outras capitais, com volume populacional mais expressivo, estas não chegam a metade da observada no Rio. Acompanhando os dados de todo o período até 1920, fica comprovada a atração populacional exercida pela cidade do Rio de Janeiro frente às demais capitais brasileiras, reforçando seu papel central na frente as demais capitais.

“A transformação no aspecto físico da cidade se acelera a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, o rápido crescimento se deu em um espaço urbano limitado, com serviço coletivo ainda ineficiente e caros e com precária infra-estrutura urbana, levando a uma rápida deterioração das condições de vida cidade.” (LOUREIRO, 2006, p. 21). Essa situação começou a melhorar, segundo a autora, no segundo quartel do século XIX devido aos pedidos da própria população e de viajantes. Após a proclamação da República em 1889 a cidade passa a categoria de Distrito Federal, atraindo insumos industriais estrangeiros, como telefone, bondes, energia elétrica serviços de gás e esgoto melhorando a condição de vida da população.

A derrocada da cafeicultura fluminense não afetou de imediato a cidade do Rio devido ao seu caráter central na economia nacional, “Foi o caso, por exemplo, do setor comercial, localizado na cidade do Rio: a perda de fôlego do setor primário não atingiu, em primeiro instante pois, além de ter se diversificado, era ainda, tributário de outras regiões agrícolas do sudeste brasileiro.” (SILVA, 2004, p. 16), o Rio era a principal praça financeira nacional e possuía a única bolsa de valores do país, também sediava o Banco do Brasil e bancos ingleses que se instalaram na cidade e segundo Cano (1975, p. 53) “a urbanização, a estrutura de comercialização do café, o fato de ser a sede administrativa e a função portuária impediram um ‘retrocesso relativo’ mais acentuado.”

Lessa (2000) afirma que parte do capital dos fazendeiros deslocou-se para a cidade do Rio na forma de capital comercial e financeiro não ocorrendo desta forma o empobrecimento das elites escravagistas. Segundo Loureiro (2006), a migração desse capital forçou a formação de expressivo mercado interno e uma ampla gama de serviços sofisticados ofertados na capital. Outro dado importante que não podemos deixar de destacar e relembrar é que a condição de centro administrativo do governo garantia ao Rio um elevado gasto público em seu território, atenuando os impactos negativos da derrocada da cafeicultura. (SILVA, 2004)

A indústria carioca ainda era bastante diminuta até a década de 1850, não passando de pequenas fábricas e manufaturas que atendiam basicamente o mercado local. O processo de industrialização começa a ganhar corpo no cenário nacional a partir da década de 1870, com a instalação de unidades fabris de porte considerável e tecnologicamente modernas para a época.

O período que vai até 1907 a indústria carioca é considerada a mais moderna e diversificada do país “... dos 98 grupos de produtos que figuravam no censo de 1907, a Guanabara tinha fábricas que produziam 78 desses grupos de produtos, e em 20 grupos se caracterizam como segmento formado por pequenos estabelecimentos cujos volumes de produção estavam obviamente vinculados ao mercado local.” (CANO, 1975, p. 246) e cinco desses produtos a produção era concentrada no Rio “...moinhos de trigo, com 56% da produção nacional, vestuário com 55%, [...] construção naval com 53%, o de bebidas, [...] com 41% do total nacional, o de tecidos, onde a porcentagem de 25% do total nacional não revela fielmente o grau de concentração [...]” (CANO, 1975, p. 246)

Ao analisarmos o setor têxtil isoladamente, e nos concentrando especificamente na fiação e tecelagem, observamos uma grande concentração da produção nacional em solo carioca (base dados do censo de 1907) 20% do valor da produção, 29,5% dos operários e 50% da força motriz empregados neste setor se encontravam na cidade do Rio de Janeiro, e 40,7% do valor

de produção, 54,6% dos empregados se encontravam no Estado do Rio de Janeiro. Juntos representavam 38,3% da produção nacional enquanto São Paulo possuía 26,3% desse total. (VIERA, 2000)

“... um fator certamente importante que dava condições de competitividade à indústria guanabariana era o acentuadamente grande tamanho de suas principais fábricas, cuja dimensão média excedia de muito a dimensão média das grandes fábricas paulistas. Talvez seja o fator que pudesse explicar a produtividade maior da indústria dessa região, em relação à de São Paulo, até 1907” (CANO, 1975, p. 246)

O Rio de Janeiro que foi o pioneiro da industrialização brasileira até 1907 começa perder o papel central na trama industrial nacional, sendo secundarizado por São Paulo que passa a ser o carro chefe da produção industrial brasileira. Alguns fatores foram decisivos para esta secundarização, como o custo de energia elétrica, nível salarial mais elevado se comparado ao restante do país e principalmente a decadência de suas regiões tributárias.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, que até antes de 1907 era de responsabilidade da própria indústria, passa a ser ofertada pela Light, gerando redução de custo para essas empresas em virtude de seu modelo de cobrança ser baseado em tarifa única, independente do consumo, todavia em 1914, os acionistas estrangeiros da Light, encontravam-se em dificuldades financeiras, tendo a operação brasileira como principal fonte de receita, exercem direto contratual mudando à regra de cobranças tarifária, passam a cobra pelo consumo e não mais tarifa única conforme modelo anterior. Isto aumenta substancialmente o custo de produção industrial carioca, reduzindo a competitividade frente aos demais *Plaeyrs* desse mercado (VIEIRA, 2000). “Essa mudança no sistema de cobrança representou um golpe na competitividade industrial da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a desaceleração do crescimento dessa região.” (VIEIRA, 2000, p. 103).

“No tocante à mão-de-obra, os dados do Censo de 1920 nos mostram que os salários pagos pela indústria do Rio de Janeiro eram os mais elevados do Brasil [...]” (VIEIRA, 2000, p. 103) segundo o autor, os motivos dos salários serem tão elevados, como podemos verificar na tabela4, eram derivados dos altos custos com alimentação, dado a baixa produtividade, (explicada no capítulo anterior) desses bens no território do Distrito Federal, havendo a necessidade de importação de outras regiões, “Tomados por exemplo os dados do censo de 1920, a população do Rio de Janeiro e da Guanabara, somadas, representavam 8,9% do total nacional e sua produção agrícola (exclusive café) equivalia a menos de 18% da produção similar de São Paulo.” (CANO, 1975, p. 247)

Tabela 4. Salário médio na Indústria de Transformação (Réis por dia) 1919

	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	Têxtil		Alimentícia		Vestuário		Calçados		Metalurgia	
RJ	5.759	4.089	3.709	2.490	4.713	1.447	5.178	3.100	5.033	5.750
Guanabara	6.720	5.165	5.845	3.856	7.582	2.049	8.747	7.679	6.853	8.887
SP	5.729	4.684	5.616	3.567	6.382	1.773	5.687	5.286	8.405	7.506
RS	7.035	4.062	5.679	3.011	6.748	3.025	7.422	7.850	8.775	8.986
Brasil	5.329	3.738	5.111	2.957	6.712	1.885	7.656	7.076	7.483	8.107

Fonte: CANO, 1975, p. 124

Outro fator apontado é o efeito estabilizador proporcionado pelos grandes números de cargos públicos na cidade do Rio de Janeiro, garantindo oferta de trabalho e salários em patamares elevados a receita pública *per capita* era assombrosamente mais elevada no Distrito federal se comprado a São Paulo e Minas Gerais como podemos observar na Tabela5, “Não devemos esquecer que a cidade era o espaço, por excelência do gasto público. A condição de capital administrativa do país possibilitava-lhe usufruir um ‘componente autônomo’ muito importante para a sustentação de sua renda [...]” (SILVA, 2004, p. 16).

Tabela 5 - Receita Pública *per Capita* (Em Mil-Réis)

Ano	ERJ	ex-DF	SP	MG
1907	7.694	32.656	17.825	5.600
1910	7.690	56.189	13.290	4.945
1915	9.212	39.631	20.389	7.321
1920	13.694	49.355	37.954	9.489

Fonte: SILVA 2004

Com a decadência da cafeicultura, as regiões tributárias do Rio de Janeiro tiveram seus mercados internos atrofiados, sem contar a região de São Paulo que passava por grande salto industrial, provendo seu próprio abastecimento de bens industrializados, o que deslocou a produção carioca. Isto posto, a produção industrial do Rio viu reduzir-se as possibilidades de escoamento da sua produção.

A década de 1920 trouxe um alento à indústria carioca com a recuperação da cafeicultura de Minas Gerais e uma grande expansão da produção capixaba, havendo também aumento do gasto público federal em seu território, atenuando perdas relativas de participação na indústria nacional (VIERA, 2000). Entretanto, a contínua elevação da produção paulista a partir de 1907 contribuiu, provavelmente, para inibição desse processo de recuperação da indústria carioca. (CANO, 1975).

“O resultado desse período crítico de “encolhimento” de seus mercados e de suas fontes de acumulação pode ser visto pela comparação dos censos de 1907 e de 1919, que mostram a queda da participação de sua indústria no total nacional: dos 30,2% passava para 20,8% entre aqueles anos, enquanto a produção industrial paulista (de forma acentuada) e a de Minas Gerais (de forma modesta) aumentavam suas participações.” (CANO, 1975, p. 247)

A partir de 1907, com crescimento da indústria paulista, observamos um quadro de perdas relativas no que tange a produção industrial carioca que é substituída pela paulista no período de 1907 a 1920 em muitos dos mercados no qual era o principal fornecedor. Não obstante o parque industrial carioca continuar sua expansão e diversificação no período, sua participação relativa no valor bruto de produção (VPB) industrial nacional se reduzir acentuadamente, face ao crescimento acelerado de São Paulo, do patamar de 30% em 1907 para 21% em 1919 (LOUREIRO, 2000).

“... a economia local continuou como o segundo *locus* da indústria brasileira. Deve ficar claro, portanto, que esse processo de perdas teve um caráter *relativo* e não *real*, pois a economia em questão continuou se diversificando e se ampliando, só que em ritmo mais lento que o observado na economia paulista e, por vezes, a nacional.” (SILVA, 2004, p. 26).

4 A Economia Carioca entre 1920 e 1980 e o Esvaziamento Relativo.

Neste capítulo apresentaremos os principais desdobramentos econômicos e demográficos ocorridos em solo carioca, sempre comparados ao Brasil e principalmente São Paulo. Apresentaremos os anos dourados da economia carioca que abrangem o período entre 1920 a 1960, onde o Rio de Janeiro ratificou sua centralidade, usufruindo dos benefícios da capitalidade vis à vis as perdas relativas de participação na renda nacional e emprego que se processaram em seu território.

Logo após passaremos pelo segundo momento em importância para o Rio de Janeiro, quando este em 1964, conforme previsto na constituição de 1892, perde a capitalidade para Brasília, porém com o alento institucional e financeiro, mesmo que passageiro, de ser a única região do país a possuir o status de estado-município, além de beneficiar-se de ambas arrecadações. Este fato ajudou a diluir os impactos negativos da perda da capitalidade para o Planalto Central. Contudo em 1974 por um ato do governo autoritário, o próspero estado da Guanabara é fundido ao decadente estado do Rio de Janeiro que nesta época viviam situações de prosperidade dicotômicas.

Inicialmente apresentaremos as linhas gerais do processo de industrialização brasileira, mostrando de forma bem resumida suas principais fases, destacando o período de pré-industrialização, que ocorre de 1920 a 1930, industrialização restringida, que abrange o período de 1930 a 1955 e por último, industrialização pesada, que cobre o período de 1956 a 1980.

4.1 Processo de Industrialização brasileira de 1920 a 1980

As primeiras décadas do século XX são consideradas como período de pré-industrialização na história brasileira, o processo acelera-se entre 1920 e 1930, onde a produção industrial brasileira ganha maior complexidade produtiva ao mesmo tempo que se diversifica, produzindo sobretudo bens salário em virtude do aumento de demanda provocada pela elevação da demanda face ao aumento do seu mercado consumidor. O mercado de trabalho também começa a ganhar corpo em derivação da grande imigração, principalmente de europeus, para lavouras de café, que se encontrava fortemente concentrada em São Paulo, o que “ampliou a circulação monetária e mercantil no planalto paulista” (LESSA, 2000, P.347). Somamos este fato, a abolição da escravidão, a qual corroborou para este aumento de demanda. Esta força de trabalho que outrora estava alocada no setor primário, acaba transbordando para indústria devido a melhores ofertas de trabalho e posterior arrefecimento da produção de café no final da década, como veremos mais adiante.

Nesta época a indústria nacional estava fortemente ligada ao capital agrário-exportador, maior gerador de renda da economia brasileira, e consequentemente, o que possibilitava o Brasil aumentar sua capacidade para importar. Salientamos que estes recursos eram em sua maioria derivados das exportações de café, que neste período era a única cultura que apresentava resultados mais auspiciosos em matéria de volume e preço no mercado internacional, as demais culturas encontravam-se deprimidas, com exceção do algodão que apresentou resultados razoáveis em virtude da retomada dos Estados Unidos no pós-guerra (CANO, 2012).

O excedente da produção cafeeira, como era de se esperar, ficou mais concentrado em São Paulo, que respondia por 2/3 das exportações nacionais deste produto, face as lavouras mais prósperas estar localizada em seu território. O Rio de Janeiro, conforme demonstramos no primeiro capítulo deste trabalho, encontrava-se com sua produção em franca decadência, não se apropriando de forma mais contundente deste excedente. Outras regiões a exemplo de Minas Gerais e Espírito Santo, que experimentavam crescimento apreciável das suas produções, também tiveram apropriação marginal deste, face suas produções ainda estarem muito aquém da paulista.

Os lucros capturados pelo setor agrário-exportador proporcionaram elevado nível de investimento no setor secundário da economia nacional, devido a diversificação de portfólio dos fazendeiros que viam na indústria grandes oportunidades de ganho. Estes investimentos

concentrando-se majoritariamente em São Paulo, que aumentou significativamente suas atividades capitalistas neste setor. Esta região consolidou-se como principal base produtiva nacional, perdendo força somente na década de 1970 (CANO, 2012). Economistas denomina a industrialização brasileira com sendo um típico caso de industrialização tardia.

“O desenvolvimento industrial ocorrido antes dos anos 30 pode ser considerado como um crescimento industrial induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente ligado à produção cafeeira [...] antes de 1930 havia clara interdependência entre a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento de atividades econômicas internas. O crescimento da renda propiciado pela expansão das exportações criou mercado para produtos manufaturados, ocorrendo então crescimento industrial, majoritário do ramo de bens de consumo assalariados. Com efeito, no princípio, a produção industrial cresceu rapidamente para ocupar os mercados já satisfeitos por importações. Subsequentemente, o crescimento industrial tornou-se dependente do crescimento do mercado interno, o qual, por sua vez, dependia do desempenho das exportações.” (BELANGA, 2011, P. 8)

Ainda segundo Cano (2012) mesmo com políticas mais ortodoxas adotadas pelos governos da época, e considerando a contração industrial em 1925 e 1926, a indústria nacional cresceu espetaculares 6,6% na média entre 1920 e 1928. As importações de bens de capital entre 1923 e 1928, no agregado Brasil, foram muito maiores do que as observadas na década anterior, apresentando crescimento mais acelerado em São Paulo. Também houve um “boom” nos investimentos da indústria de transformação, aumentando sobremaneira a capacidade produtiva desta indústria, promovendo extraordinária diversificação no setor.

“Dessa forma, pode-se afirmar que a guerra estimulou maior diversificação da estrutura industrial, mesmo que esta ainda tivesse atrelada à expansão do setor exportador. Assim, os investimentos industriais se expandiram em direção ao ramo de bens intermediários – notadamente cimento, aço, papel e celulose, borracha e derivados, química –, além de setores vinculados ao ramo de bens de capital, tais como maquinaria e equipamentos. Somam-se a estes produtos de seda e raíom. Ademais, investimentos adicionais foram também realizados para ulterior processamento de “novos” produtos de exportação – por exemplo, óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados de carne –, bem como a expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias “tradicionais”, ou seja, têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias. Em resumo, a diversificação industrial a partir da Primeira Guerra Mundial e ao longo dos anos 20 iniciara ali uma mudança estrutural na economia brasileira.

Assim, por meio de tal diagnóstico, pensa-se ser lícito caracterizar a atividade industrial no período descrito como a preparação do processo de industrialização restringida, consolidando-se a partir da década de 1930.” (BELANGA, 2011, P. 35)

Assim, podemos constatar que, nesta década, a maior concentração produtiva ocorreu em São Paulo face a próspera produção cafeeira estar localizada em seu território. Esta região ainda beneficiou-se com as sucessivas políticas federais de defesa dos preços do café neste

período, gerando excedentes suficientes para despontar, já no período embrionário da industrialização brasileira, como principal praça nacional, ao passo que o Rio de Janeiro observava este crescimento a margem.

Vale relembrar que entre as primeiras décadas do século e o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, a economia paulista assumira, sem embargo, o posto de primeira economia regional do país, internalizando progressivamente, as pré-condições para seu espetacular crescimento durante a industrialização nacional. Durante essas décadas, São Paulo superou a economia fluminense no tocante à produção industrial, ou seja, ademais ser o principal centro agrícola, tornou-se o principal lócus manufatureiro do país. (SILVA, P. 36)

Mesmo em ritmo menos intenso ao observado no restante do país, o Rio de Janeiro obteve notável crescimento e diversificação industrial nesta década, como podemos observar nas palavras de Silva (2004), “Nas primeiras décadas do século XX, a economia fluminense continuou sua trajetória de expansão e diversificação interna que, no entanto, se fazia em ritmo inferior à média nacional e, notadamente, à economia paulista [...]” ainda segundo o autor, essa diferença entre as taxas de crescimento e diversificação, resultou em contínuas perdas de participação na renda nacional por parte da economia fluminense, o que muitas vezes se confunde com perdas reais desta economia.

Consonante ao apresentado nos parágrafos anteriores, as primeiras décadas do século XX, que vão até 1930, marcaram o período de pré-industrialização brasileira, tendo como ponto de inflexão para fase de industrialização restringida o ano de 1929, quando mundo, após o *crack* de 1929 da Bolsa de Nova York, passa por um período de grande depressão econômica, dificultando as exportações brasileiras. Este período que perdurou até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial, obrigou o Brasil a buscar novas alternativas produtivas domésticas, para suprir a uma demanda anteriormente atendida pelas importações.

A princípio segundo Tavares (1977) esta forma de desenvolvimento ‘para dentro’ o qual chamamos de Substituição de Importações, bastante diverso do observado nas primeiras décadas do século XX, fortemente suportado pelo setor exportador “É por demais sabido que, face a essas características, o modelo tradicional exportador entrou em crise definitiva depois da grande depressão da década dos 30.” (TAVARES, 77, P.59), pressionando sobremaneira a capacidade para importar brasileira. O modelo adotado no pós 29, ocorre para atender a demanda interna não afetada pela crise do setor exportador.

Primeiramente começou-se com substituição dos bens terminados, que eram facilmente substituíveis e possuíam grande demanda interna.

“Por um lado a instalação de unidades industriais para produzir internamente bens de consumo final que antes se importavam tende a expandir o mercado interno desses mesmos bens, não só pelo próprio crescimento da renda decorrente do processo de investimento, como pela inexistência de restrições internas análogas às que limitavam as importações desses produtos. Por outro lado, a sua produção, como já vimos, apenas substitui uma parte do valor agregado, anteriormente gerado fora da economia. Em consequência, a demanda derivada por importações de matérias-primas e outros insumos cresce rapidamente tendendo a ultrapassar as disponibilidades de divisas.” (TAVARES, 1977, P. 42:43)

Passada esta primeira fase da substituição de importações, e como visto, o setor exportador encontrava-se em crise, o país passava por sérias dificuldades de divisas, obrigando o governo atuar com políticas de segregação das importações, priorizando os bens de capital e intermediário em detrimento das demais, além de se utilizar de políticas cambiais.

Para sanar alguns problemas de infraestrutura, foram realizados grandes investimentos como a Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e para fomentar a produção doméstica foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) todos instalados no Rio de Janeiro “[...] a região fluminense foi beneficiária desse movimento, via implantação de importantes unidades industriais, algumas de grande relevo para a matriz produtiva brasileira.” (SILVA, P. 50).

No bojo de todas as transformações que ocorreram entre 1930 e 1960, o Rio de Janeiro continuou expandindo e diversificando sua economia, porém com dissesmos, a taxas inferiores à média nacional e paulista, com consequente perda de participação na renda nacional, “Entre 1939-56, a renda fluminense cresceu aproximadamente 4,7% a.a, contra a média nacional de 5,2% a.a.” (SILVA, P. 43)

A partir de 1956 com o Plano de metas, implantado no governo do presidente Juscelino Kubitschek, o qual tinha o audacioso plano de fazer o país crescer o equivalente a cinquenta anos em cinco. O Brasil experimenta transformações significativas em sua base produtiva capazes de alterar sua dinâmica produtiva e a capacidade de auto determinação da demanda. Desta forma o Brasil entra definitivamente em sua fase de industrialização pesada, onde foram realizados planejamento e investimentos em uma estrutura industrial mais moderna, que tentavam expandir a demanda e capacidade produtiva, procuravam também eliminar os ‘gargalos’ de infraestrutura de sua economia (SILVA, 2004) estes investimentos foram capitaneados, principalmente pelo capital estatal e privado internacional.

O segundo período de maior importância da industrialização pesada nacional, processou-se governo militar, onde estes tinham o plano de transformar o Brasil em uma potência econômica mundial. O período ficou conhecido como Milagre Econômico Brasileiro, este ficou marcado pela grande expansão na renda que alcançou a impressionante média de 11,3% a.a acima da média histórica, sendo fortemente influenciado pelo setor indústria, que atingiu cerca de 12,7% de média anual no referido período, seguido pelo setor terciário que cresceu 9,8% ao ano e setor primário, com desempenho menos dinâmico entre os três, 4,6% ao ano (SILVA, 2004).

Assim, podemos constatar a importância dada ao setor secundário pelo governo, e observar a impressionante contribuição dada por este na alavancagem do crescimento da renda nacional no Milagre Econômico. A seguir, Silva cita os principais condicionantes que contribuíram para que tais políticas visando o crescimento fossem implementadas pelo governo Militar com êxito.

“Podemos afirmar que ciclo expansivo referente ao ‘milagre’ foi resultante dos seguintes fatos e medidas: 1) adoção de políticas fiscais e monetária menos restritiva, o que levou, entre outros efeitos, ao aumento da liquidez e do crédito na economia; 2) as reformas institucionais realizadas pela equipe econômica no período 1964-67 – que culminaram, como visto em arrefecimento da dinâmica expansiva naquele período –, auxiliaram na construção das bases para recuperação da dinâmica entre 1968-73; 3) a capacidade ociosa existente no setor industrial permitiu rápida retomada do crescimento sem a demanda por níveis maiores de investimento imediato; 4) o modelo concentrador de renda atuou beneficiando a expansão de determinados setores, em especial os de produtos duráveis e de consumo; 5) por fim, havia uma conjuntura internacional favorável à tomada de empréstimos” (SILVA, 2004, P. 32:33)

Em 1973 o Milagre Econômico atinge seu ápice envolto em muitas contradições em derivação do seu modelo de crescimento ter como principal sustentáculo as importações de bens de produção, utilizadas para promover o crescimento da renda e sustentar a demanda em níveis insustentáveis em decorrência dos problemas estruturais não corrigidos por seus gestores, Silva (2004) mostra que em 1965 20% da oferta de bens de produção eram supridas por importações, durante Milagre Econômico esta participação salta para o patamar de 30% da oferta total.

No mesmo ano do auge do Milagre o mundo é sacudido por mais uma grande crise internacional, derivada do primeiro choque do internacional petróleo, onde os países do Oriente Médio de forma deliberada, resolveram diminuir suas produções, elevando os preços do barril, causando aumento geral de custos. A elevação foi ainda mais sentida face ao embargo sofrido pelos Estados Unidos por fornecerem ajuda a Israel na Guerra do Yom Kippur, fazendo os preços dispararem nas bolsas mundiais.

Esta crise pois por terra o cenário propício ao endividamento internacional em que Milagre Econômico se apoiava, sem falar no cenário inflacionário que se acentuou em 1974 devido à manutenção de medidas expansivas adotadas por estes Governos. No bojo destes acontecimentos, Silva (2004) aponta o declínio abruptos sofrido pelo PIB brasileiro, que no auge do Milagre 1973 marcavam os 14 pontos percentuais, declinou para 9,8 pontos em 1974 e desacelerou ainda mais para casa dos 5,6 pontos em 1975.

Por fim, chegamos ao último grande esforço de crescimento econômico nacional adotado também pelo governo Militar, ainda na fase de industrialização pesada, este abrange os anos 1974-79 e teve o seu desdobramentos mais importantes durante o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) anunciado pelo presidente Geisel em 1974. Este tinha o objetivo manter o crescimento da renda em níveis elevados, anexo a resolução de problemas estruturais que molestavam a matriz produtiva brasileira. Algumas medidas como a desconcentração produtiva e internalização de alguns setores considerados chave, foram parcialmente alcançados, porém Silva (2004) aponta que o II PND não resistiu ao segundo choque do petróleo ocorrido em 1979 e política de alta de juros adotada pelo Estados Unidos neste mesmo período por estar cheio de contradições em seu âmago.

“A participação do Estado é central para entender a dinâmica espacial produtiva brasileira neste período, já que a orientação da política econômica do II PND (segunda fase da industrialização pesada) representa uma manifestação explícita de política de desconcentração industrial por parte do governo federal, visto que a maioria dos investimentos foi realizado fora do Estado de São Paulo. A estratégia proposta pelo plano apoiava a mudança do padrão de industrialização liderada pelo setor de insumos básicos que criaria as condições de expansão da indústria de bens de capital.” (LOUREIRO, P. 54)

4.2 Economia Carioca entre 1930 e 1980

Antes de prosseguirmos com os desdobramentos econômicos ocorridos em solo carioca neste período, acreditamos ser de suma importância, para entendimento destes, apresentarmos as grandes mudanças de cunho institucional em que o Rio de Janeiro encontrou-se diretamente envolvido. O Rio desde 1763 possui o status de sede do governo central, esta situação perdura até 1960 quando “A Lei San Tiago Dantas, votada em 12 de abril de 1960, confirma a criação da Guanabara, de acordo com estabelecido no artigo 4 das disposições transitórias da Constituição de 1946” (OSORIO, P. 131) e a capital federal é transferida para o planalto central brasileiro.

“... a previsão desde a Constituição de 1891, a transferência da capital, com a construção de Brasília iniciada em 1957, seria para valer, ganhando corpo na mídia, por exemplo, com o ciclo de debates O que será do Rio?, organizado pelo jornal Correio da Manhã, com discussões que começam ganhar espaço no Congresso

Nacional por meio de uma Comissão Mista criada em 1958 visando organizar a institucionalidade da nova capital e também os rumos da futura ex-capital federal.” (OSORIO, P.106)

O setor governamental sempre teve papel determinante tanto na economia quanto na urbanização do Rio de Janeiro, bastante diferente ao ocorrido em São Paulo, onde este papel foi exercido pelo capital privado. Os setores terciário e secundário eram beneficiados pelo gasto público, seja na forma de gasto dos salários do funcionalismo realizada em seu território ou investimentos em empresas estatais em seu solo.

Desta forma com a mudança da capital para Brasília, o Rio deixou de ser o principal *locus* de realização do gasto público, havendo “[...] uma longa sedimentação de órgãos públicos sediados no Rio. Muitos foram transferidos para Brasília, extintos, privatizados, e/ou objeto de outras atitudes. Estes atos foram decididos ao arrepio de suas implicações sobre a cidade” (LESSA, 2000, P. 379)

Os impactos negativos da mudança da capital foram bastante atenuados pela elevação na cidade do Rio de Janeiro a estado a federação com o nome de Guanabara. Assim a Guanabara passou a gozar tanto das receitas estaduais e municipais além dos cargos públicos das duas esferas de governo em seu exíguo território.

Ao se instituir o novo estado, a região passou a usufruir novas receitas, empregos e toda a estrutura necessária à administração estadual. A cidade do Rio de Janeiro passou a viver peculiar situação de ser simultaneamente estado e município da federação brasileira. Com isso, os impactos referentes à transferência de expressivo contingente de empregados e de receita para Brasília foram, de certo modo, atenuados. (SILVA, P. 41)

Esta situação perdurou por pouco tempo devido outorga do governo militar, que em 1975 decretou a fusão entre a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, encerrando a separação institucional entre esses dois entes que havia acontecido em 1834, com a elevação da cidade do Rio a município neutro. Desta forma “o processo de fusão restringiu o Rio aos reduzidos impostos puramente municipais, provocando uma forte diminuição da capacidade da administração local em investir.” (LESSA, 2000, P. 359).

Conforme apontado por Silva (2004, P. 42) “[...] a separação institucionalizada em 1834 já havia aprofundado a diferença estrutural existente entre a cidade do Rio e seu interior.” Assim a Guanabara próspera é fundida ao Rio de Janeiro pobre e estagnado, e o gasto público diminui estadual que antes direcionado exclusivamente ao seu exíguo território, passa a ser repartido com os demais municípios do Rio de Janeiro. Ainda como consequência da fusão, os principais aparelhos públicos passam para as mãos do governo estadual a exemplo do Maracanã.

Ao longo dos 140 anos em que Rio-cidade estava institucionalmente separado do Rio-estado, observou-se a acentuação das desigualdades regionais. Se por um lado, existia uma das mais modernas economias do país, por outro, havia uma região economicamente estagnada, cuja participação no conjunto nacional era similar à de algumas entre as mais pobres regiões brasileiras. (SILVA, 2004, P. 42)

Isto posto, podemos dedicar nossos esforços neste momento ao panorama demográfico e cultural carioca. Neste período mesmo possuindo desempenho econômico menos intenso comparado a média brasileira e a paulista “[...] não foi suficiente para romper, entre 1930 e 1980, a velha tradição fluminense no que concerne à atração de fluxos migratórios inter-regionais [...] apresentando crescimento demográfico mais acentuado que o do país [...]” (SILVA, 2004, P.36) o que pode ser constatado tabela 3.1.

“A Guanabara apresentava, na década de 1940, de acordo com [...], um crescimento populacional 34% acima do que ocorre para o Brasil com um todo. Nos anos 1950, o crescimento demográfico da Guanabara já era próximo à média brasileira e, nos anos 1960, ligeiramente inferior ao nacional. No entanto, o antigo Estado do Rio, que nos anos 1940 mostrava um crescimento populacional ligeiramente inferior ao da Guanabara, passou a apresentar, nos anos 1950-60, um crescimento, em relação ao total Brasil, 33% superior nos anos 1950 e 25% nos anos 1960. Podemos deduzir que, a partir da década 1950, o antigo Estado do Rio de Janeiro mostrava uma taxa elevada de crescimento populacional, tendo em vista a população que migrou atrás de emprego, sobretudo no mercado de trabalho carioca, e que, apesar de morar no antigo ERJ, trabalhava e se utilizava bastante dos equipamentos urbanos da cidade do Rio de Janeiro.” (OSORIO, 2005, P.134)

Em 1920 o Rio de Janeiro possui a primazia na hierarquia urbana nacional, experimentando um intenso processo de metropolização, com sua população ultrapassando um milhão de habitantes, São Paulo neste ano possuía a metade do contingente carioca, Salvador e Recife possuíam respectivamente 283 mil e 239 mil habitantes cada (LOUREIRO, 2006). Não podemos perder de vista que nesta época o Rio era sinônimo de modernidade, cosmopolitismo e possuía os melhores equipamentos públicos do país “o núcleo metropolitano reforçava a concentração de funções centrais, sejam econômicas, administrativas, políticas, financeiras ou culturais e, conseqüentemente, apresentava os melhores padrões de infraestrutura urbanística e de equipamento social urbano.” (LOUREIRO, 2006, P. 35).

A posição da cidade do Rio como maior centro urbano do país era incontestável. Em 1945, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1948), o consumo de energia elétrica para a iluminação da cidade do Rio foi quase três vezes o da cidade de São Paulo e dez vezes o de Salvador. O mesmo se deu com o consumo domiciliar de gás. Cabe destacar ainda que a cidade era ainda responsável por 38% das assinaturas de serviços telefônicos do Brasil (a cidade de SP respondia por 32%). Isto confirma que o Rio de Janeiro, o grande centro de consumo nacional, mas não o de

produção, se mantinha como ponto de convergência da riqueza, em que muito contribuiu sua condição de capital.

Vitrine do país, principal porta de entrada de migração internacional, sua condição de grande metrópole era também percebida no cenário mundial, de modo que do total de imigrantes estrangeiros entrados no quinquênio 1941/45, segundo a unidade da federação de desembarque, a cidade do Rio, então Distrito Federal, respondeu por 58% do volume total, seguida pelo estado de São Paulo, com 23%. O aeroporto do Rio respondia por cerca de 30% dos embarques e desembarques de passageiros do país (o aeroporto de São Paulo respondia por 20% no mesmo período) [...]. (LOUREIRO, P. 34)

Tabela 3.1 Crescimento Percentual da População na Região Sudeste e Total Brasil de 1940 a 1980

	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91
Minas Gerais	15,06	24,1	18,95	16,46	17,67
Rio de Janeiro	24,32	46,4	41,03	-	-
Guanabara	34,77	36,6	30,92	-	-
RJ + GB	29,42	41,42	36,06	25,53	13,43
São Paulo	27,21	40,23	38,74	40,9	26,15
Brasil	25,97	34,9	32,92	27,77	23,38

Fonte: IBGE, 2000, Apud Osório, 2005

É importante sublinhar que o Rio de Janeiro estava na vanguarda dos principais acontecimentos culturais nacional. Era o verdadeiro espaço de amplificação dos novos produtos culturais, possuía as revistas de maior circulação em âmbito nacional, os escritores eram consagrados na Academia Brasileira de Letras, os cantores eram aclamados pela Rádio Nacional, os times de futebol carioca possuíam as maiores torcidas do Brasil, foi por onde se ouviu a primeira radionovela do país e teve seu auge com a reverberação da Bossa Nova, tornando a música brasileira mundialmente conhecida nas vozes de seus cantores, que inclusive mostraram ao mundo, a até então desconhecida Ipanema através da canção “Garota de Ipanema” (LESSA 2000).

O anuário estatístico do Brasil (IBGE, 1962), nos mostra que em 1960 33% dos espectadores de teatro estavam no Rio de Janeiro, seguida de São Paulo que respondia por 25%, das associações artísticas nacionais, o Rio respondia por 15% dos associados acompanhado por São Paulo que representava 12% desse total e nas associações científicas o Rio ganha de forma disparada, representando 47% dos associados enquanto em São Paulo eram apenas 20%

“É fato evidente que, historicamente, a alta cultura teve suas principais instituições sediadas no Rio Capital. Aqui foram fundadas e permanecem as academias de Letras, Medicina, e de Ciências, e os institutos Histórico e Geográfico Brasileiro etc. Aqui estão os principais museus nacionais, aqui foi onde se implantaram o Jardim Botânico, o Observatório Nacional, a maior biblioteca de língua portuguesa etc. Aqui surgiram os organismos brasileiros de intercâmbio cultural com o mundo. Numerosas

instituições de ensino superior e sociedades com interesse cultural específico nasceram na cidade.” (LESSA, 2000, P. 388)

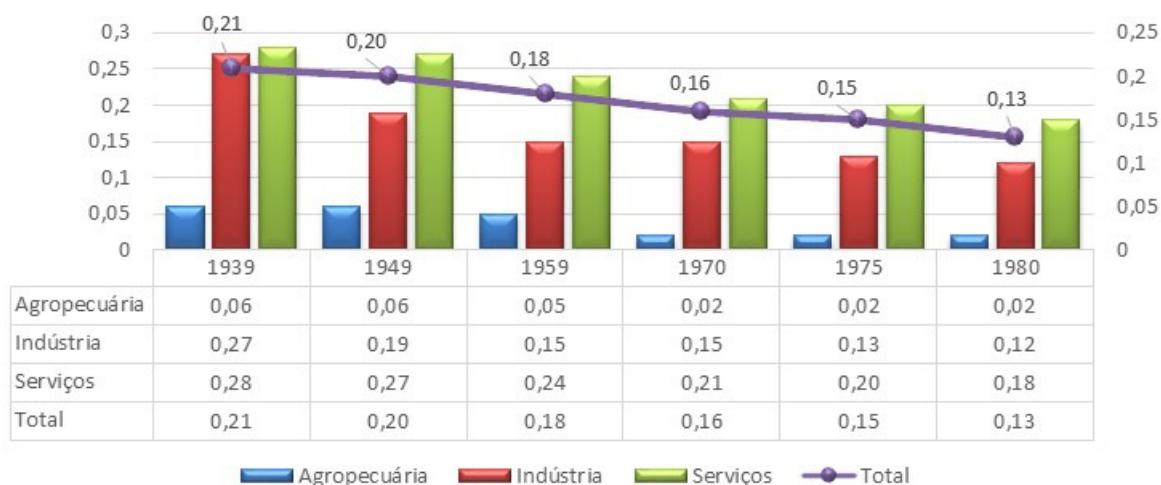
Ser carioca era diferencia-se do provincianismo arcaico das demais regiões do país, assim muitos tinham o sonho de transferir-se para a cidade cosmopolita e aproveitar tudo que ela tinha a oferecer, por isso a cidade continuou atraindo grandes contingente de imigrantes, tanto internos quanto de estrangeiros. Contudo a dicotômica situação vivida no Rio, na qual atraía contingente demográfico maior que as demais regiões do Brasil e com paralela queda na participação sobre a renda nacional, derrubaram sua renda per capita, principalmente após a perda do status de município estado e consequente fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Também como consequência deste baixo dinamismo econômico, o desempenho demográfico apresentado pela região metropolitana do Rio de Janeiro começa a perder o vigor a partir de 1970, frutos da diminuição da qualidade de vida, oferta de emprego e capacidade de geração de renda. (LOUREIRO, 2006)

No que concerne ao desenvolvimento econômico carioca no período, o Rio de Janeiro apresentou crescimento econômico médio bastante apreciável, porém sempre a taxas inferiores as observadas no restante do país e principalmente quando comparado a São Paulo. O que explica o caráter relativos da perda econômicas ocorridas em solo carioca. Os dados apresentados por Silva (2004) confirmam nossas suspeitas. Entre 1939 e 1980 o Rio obteve crescimento médio de 6% a.a, enquanto o Brasil cresceu 7% a.a e São Paulo 7,5% a.a. assim podemos observar que não há discrepâncias entre as médias de crescimento carioca, nacional e paulista que justifiquem perdas reais desta economia.

Ao observarmos atentamente o gráfico 3.1 Podemos constatar a queda setorial na participação na renda nacional sofrida pela economia do Estado do Rio de Janeiro. A agropecuária carioca que respondia por 6% da renda setorial nacional em 1839, reduziu-se para 2% em 1980, a indústria que concentrava 27%, encolheu sua participação para 12% e os serviços onde representava 28% do total nacional, despencou 10%, caindo para 18% do agregado nacional. Assim, verificamos que todos os setores desta economia sofreram perdas gradativas de participação entre 1939 e 1980, onde no primeiro ano da curva o Estado do Rio de Janeiro contava com 21% de participação na renda nacional, terminando a série com apenas 13% desta. Apresentaremos a partir de agora com se desenvolveu a economia fluminense no período que abrange 1930 e 1980 conjuntamente as linhas gerais do processo de esvaziamento relativo em que esta esteve inserida.

**Gráfico 3.1 - Partição de ERJ na Renda Nacional
Entre 1939 e 1980**



Fonte: Silva 2004

No que tange a agropecuária fluminense no referido período, podemos observar na tabela 3.2 as taxas de expansão do PIB no setor primário desta economia frente as porções Brasil, São Paulo e Brasil exceto Rio e São Paulo. Assim constatamos que o Rio imprimiu crescimento razoavelmente mais acelerado entre 1939-56, crescendo 3,8% neste período, contudo se mantendo aquém das produções Paulista e a média nacional. Entre 1956-80 o setor primários de sua economia perde bastante do vigor mostrado no período anterior, assim como São Paulo, entretanto, Silva (2004) salienta que a produção paulista estava bastante subavaliada, tendo em vista que não estavam sendo captando os dados de novos segmentos, os quais apresentavam grande crescimento no período, principalmente o de hortaliças e fruticultura.

Tabela 3.2 - Expansão do PIB Setor Primário por Região, por Período (%a.a)

Região	1939-80	1939-56	1956-1980
Rio de Janeiro	2,20	3,80	1,00
São Paulo	3,00	5,40	1,30
BR-(RJ+SP)	4,80	4,80	4,80
Brasil	4,40	4,90	4,00

Fonte:IPEADATA (2004), Apud, SILVA 2004, P.44

As principais culturas cultivadas no território fluminense eram as de banana, café, laranja, arroz, cana-de-açúcar, milho e hortaliças, também tem destaque as culturas animais, principalmente a bovinocultura e avicultura. Entre 1960-80 as maiores áreas cultivadas eram

ocupadas pelas culturas da cana e banana, com seus percentuais variando entre 11,5% para 12,5% e 10,2% para 6,4% respectivamente no período. (SILVA, 2004)

A participação das principais culturas fluminenses na produção nacional, seguiu perdendo espaço e importância. Citamos os casos da banana que assistiu sua produção reduzir-se de 19,8% para 6,8%, a laranja diminuiu dos 19,1% para 0,2%, praticamente desaparecendo do solo carioca, o café saiu de 1,7% para um pouco menos que a metade, o único caso de sucesso ficou a cargo da cana-de-açúcar que aumentou sua participação dos 5,1% para 7,4%. O caso das hortaliças, que embora tenha diminuído sua área cultivada, que estava na casa dos 27,7% passando para 18%, ainda assim continuou com participação bastante considerável no cenário nacional. (SILVA, 2004)

“Neste período, a expansão da área em produção subiu 7,3% no Rio de Janeiro, ao passo que a expansão em território nacional foi de 53,1%. De modo geral, a área plantada da agricultura fluminense foi reduzida em 33,3% (todas as suas principais culturas, exceto cana-de-açúcar, sofreram reduções) enquanto a nacional foi expandida em 22,6%. A área referente a pecuária cresceu cerca de 61% no Rio e 91% no país. A área destinada à produção de hortaliças, cresceu 119% no Rio e 239% no Brasil, e a destinada a produção avícola cresceu 283% e 1911% respectivamente.” (SILVA, 2004, P 44:45)

A debilidade do setor primário fluminense, principalmente a agricultura, é reflexo da crise produtiva do café do Vale do Paraíba (conforme apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho) ainda no final do século XIX, em face de não ter havido fomento a transição de uma agricultura em base alimentar para base mercantil. (LOUREIRO, 2006) O solo da região fluminense também encontravam-se seriamente comprometido pelo desgaste provocados por anos consecutivos de uso intensivo, praticamente especializados, promovido por esta cultura, o que praticamente devastou este fator de produção no território fluminense.

A escassez de mão de obra assalariada para esse fim na região, atraída pela forte economia urbana-mercantil instalada na capital federal, também contribuiu sobremaneira para falta de dinamização do setor agropecuário da região, o indicador população economicamente ativa estadual do setor, nos dá a exata dimensão do declínio percentual da mão de obra neste setor, entre as décadas de 1940 e 1960, dos 28,2% despencou para 14,3%, atingindo 8,8% no final de 1970 e 1980 representava apenas 4,7% da população estadual (SILVA, 2004), o que não ocorreu em São Paulo, que migrou sua base de mão de obra cativa para assalariada com a entrada de imigrantes europeus no país, dinamizando seu mercado de trabalho.

A falta de fatores indutores por parte do governo para que o setor saísse do ostracismo provocado pela crise cafeeira, também teve sua parcela de contribuição para o baixo dinamismo apresentado pelo setor.

Quando voltamos nossos olhares à dinâmica industrial carioca, verificamos que ao passo que o Rio consolidava sua centralidade frente aos demais centros durante o intervalo 1920-60, este período é considerado os anos dourados da história carioca, o mesmo assiste aumentarem as diferenças estruturais entre suas bases produtivas, quando comparada a nacional e a paulista. “A produção industrial da cidade do Rio (Distrito Federal), juntamente à produção do antigo Estado do Rio de Janeiro representavam, em 1919, 28% da nacional, contra 32% do estado de São Paulo. A indústria paulista continuava crescendo em ritmo acelerado e, em 1939, já respondia por 45% da produção nacional, o dobro da região do atual estado do Rio [...]”. (LOUREIRO, P. 27).

Silva (2004), atesta que a indústria fluminense, no intervalo 1939-80, apresentou acréscimos médio em sua produção de 6,9% a.a, ao passo que a paulista apresentou 9,8% a.a no mesmos período, a média nacional ficou em 9,1% e a porção Brasil exceto São Paulo e Rio de Janeiro cresceu 9,4%. O que vem ao encontro da tese de perdas relativas da indústria carioca.

Não obstante a praça industrial paulista ter se tornado a principal do país nas primeiras décadas do século XX, e observando as modificações na indústria nacional, principalmente a partir de 1930, fase de industrialização restringida, quando a matriz nacional começa a ganhar corpo de fato, conforme mencionado linhas atrás. A região fluminense foi beneficiada diretamente por investimentos diretos estatais em sua matriz produtiva, podemos citar como exemplo a implantação da “Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), da Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1948), a refinaria e a fábrica de borracha sintética da Petrobrás, a Petrobrás (1953) e a Fronape (1954) [...]” (SILVA, 2004, P. 50). Na fase pesada da industrialização brasileira instalou-se no Rio as seguintes estatais “[...] Furnas Centrais Elétricas (1957), Rede Ferroviária Nacional (1958) a Eletrobrás (1961), a Companhia Brasileira de Recursos Minerais (1968), a holding Telebrás e a Nuclebrás (1974).” (SILVA, P. 50).

Podemos observar o espetacular peso do setor público na matriz produtiva carioca participando com um grande número de estatais em território fluminense e grande importância da indústria de base e bens intermediários nesta economia. Na contramão, São Paulo tinha suas diretrizes industriais ditadas majoritariamente pelo capital privado além de incorporar a indústria de base, também conseguiu implantar em seu território, indústrias de tecnologia de

ponta, diversificando ainda mais sua base produtiva, ao passo que a indústria carioca ia se tornando ultrapassada a paulista ia aumentando sua importância em âmbito nacional.

Levantamento realizado junto às cinquenta maiores sociedades anônimas constituídas no Brasil, em 1969, mostra que no Rio de Janeiro sediava 40% desse total, que correspondia a 40,2% do patrimônio líquido do universo aludido. A título de comparabilidade, destacamos que em São Paulo estavam sediados 42% dessas SA's que por sua vez representava 46% do patrimônio líquido.

Assinala-se que grande parte das SA's sediadas no Rio pertencia à indústria de base (30%), sendo proeminente a presença do capital estatal (80%) no que diz respeito ao patrimônio líquido desse subconjunto. Isso corrobora não apenas a forte participação da indústria de base na matriz manufatureira fluminense, como também a presença estratégica, e de peso, da iniciativa estatal nesses investimentos. Ademais, é preciso destacar, no que tange às SA's fluminenses, que salvo poucas exceções, o capital privado estrangeiro esteve prioritariamente presente em atividades ligadas à indústria extrativa, confirmando sua reduzida participação na indústria de bens de consumo duráveis. (SILVA, P. 51:52)

Esta medida que visavam a desconcentração, na verdade, era uma tentativa, por parte do governo, de diminuir a grande hegemonia paulista no que tange a concentração industrial brasileira, o que beneficiou sobremaneira o antigo Estado do Rio de Janeiro que “[...] em situação contrária à do então Distrito Federal, o antigo estado do Rio de Janeiro teve aumentada sua participação relativa na produção da indústria nacional durante a década de 1940, passando de 5% em 1940 para 6% em 1950” (LOUREIRO, 2006, P. 29), também aponta nesta direção Osório (2006, P. 137) “[...] a indústria do antigo Estado do Rio apresenta um crescimento nos anos 1940 e 1950 acima da média nacional e apresenta, ainda, um bom desempenho na primeira metade dos anos 1960 [...], isso ocorre fundamentalmente pelos investimentos estatais realizados pelo governo central.” Desta forma boa parte da indústria de base fluminense ficou instalada no antigo Estado do Rio de Janeiro, marcando uma nova fase de desconcentração dos investimentos que terá impulso ainda maior a partir de 1970 com o II PND.

Além disso, 220 indústrias de médio e grande porte instalaram-se ao longo dos eixos ferroviários entre os anos de 1940-50, dinamizando o subúrbio carioca (LESSA, 2000). Outro fato que também reforça o movimento de maior dinamização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é inauguração da BR 101 (Avenida Brasil) em 1940, que possibilitou o deslocamento de muitas indústrias, em busca de terrenos mais baratos longe do centro, a região padecia de grande especulação imobiliária no que tange os terrenos industriais, muitos autores atestam que esta especulação levou ao esvaziamento e sucateamento do centro da cidade do Rio de Janeiro. Esta obra de infraestrutura também diminuiu o custo com transporte da massa operária e reduziu o tempo de viagem destes no trajeto casa trabalho e trabalho casa, ainda segundo o Lessa,

“Maria da Graça desenvolveu-se com a General Eletric; Bom Sucesso, com Cerâmica Klabin, Del Castilho, com a Companhia Nacional de Tecidos Nova América; Benfica, com a Gillete do Brasil; Irajá, Com o Cimento Branco, Honório Gurgel, com diversas indústrias químicas; Bangu, com a Companhia Progresso Industrial; Inhomirim, com a Fábrica Estrela [...]” (LESSA, 2000, P. 252).

O porto do Rio que era o mais importante do Brasil até 1930, onde respondia por 41% das importações, começa a perder importância a partir desta década face o aumento da substituição de bens importados pelos equivalente nacionais, retirando do Rio o status de principal distribuidor destas importações ao restante do país (LOUREIRO, 2006). Esta perda de importância se agrava com gradativa substituição do transporte de cabotagem pelo rodoviário.

“[...]com a aceleração do processo de industrialização nacional, grande parte das importações passou a ser substituída pela produção industrial doméstica, o que vai gradualmente diminuindo a importância do Rio de Janeiro como centro distribuidor das importações. Em 1945, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1948), o porto do Rio respondia por 46% do valor das importações brasileiras, seguida pelo porto de Santos, que foi responsável por outros 40%. Os paulistas mantinham a liderança na exportação (50%), enquanto o porto do Rio viu sua participação cair para 23% (O porto de Santos, que vinha liderando as exportações desde o final do século XIX, vai ultrapassar o Porto do Rio em 1960 também nas importações com o equivalente a 54% do total, cabendo ao Rio outros 30%).” (LOUREIRO, P. 29:30)

O Rio de Janeiro por ser o Distrito Federal e sede de diversos órgãos importantes, a exemplo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, Confederação Nacional da indústria, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Conselho Nacional de Petróleo, Instituto Nacional do Café, Conselho Nacional de Telecomunicações, Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis além todos os Ministérios do governo (LOUREIRO, 2006), elementos que acentuam o senso diretor exercido pela cidade do Rio de Janeiro, bem como foi fato decisivo na atração de sedes de uma ampla gama de empresas públicas, privadas e instituições financeiras, além de empresas de consultoria e serviços administrativos especializados que tinham a necessidade de estarem próximas a estes órgãos (LOUREIRO, 2006).

O Rio de Janeiro também polarizava o mercado de capitais nacional e as principais instituições financeiras do país. Estas eram atraídas face os principais órgãos financeiros estatais estarem sediados em seu território. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi fundado no Rio de Janeiro em 1952, o Instituto de Resseguros do Brasil em 1939, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo em 1951. A principal bolsa de valores, com maior número de negócios do país, também estava sediada no Distrito Federal, o Banco do Brasil desde 1808, Banco Nacional da Habitação e Caixa Econômica Federal. O Rio de Janeiro em 1960 contava

com 25% dos depósitos bancários nacional. Muitas outras empresas também foram atraídas pelo sistema financeiro localizado em solo carioca. (LOUREIRO, 2006).

No preâmbulo da perda da capitalidade para Brasília, as diferenças estruturais entre São Paulo e Rio de Janeiro, embora de forma menos aguda, o Rio continuava acumulando perdas relativas, principalmente no governo JK onde São Paulo foi bastante beneficiada com a instalação do polo metal-mecânico e indústria eletroeletrônica em sua região metropolitana, essa indústria que passou a ser a mola mestra da industrialização nacional, tinha presença praticamente inexistente em solo carioca.

Já no início da fase pesada da industrialização nacional, no intervalo 1956-1961, o investimento direto estrangeiro, foi sete vezes maior em São Paulo em relação ao Rio de Janeiro. A industrialização brasileira ganhou um novo norte industrializante, capitaneado pelo ABC paulista, que passou a polarizar as diretrizes da indústria nacional. A partir daí o Rio passou a mero sub-centro complementar a economia paulista. (LESSA, 2000)

“As políticas adotadas durante a década de 1950, possibilitaram à indústria paulista alcançar altas taxas de expansão interna, em meio ao início da etapa pesada do processo de industrialização. Neste cenário, de consolidação paulista, a indústria fluminense manteve seu caminho de reduções relativas, embora em ritmo menos acentuado. Alguns setores foram responsáveis por esse “arrefecimento”, especialmente falando daqueles beneficiados pela expansão da economia paulista, com destaque para o desempenho das indústrias Farmacêutica e Metalúrgica.” (SILVA, 2004, P. 58)

Com a mudança da capital brasileira para Brasília, o Rio de Janeiro que foi sede do governo central brasileiro por 140 anos é transformado em estado e município, surgindo o Estado da Guanabara. Como salientamos linhas atrás, “Com a transferência da capital para Brasília, o Rio de Janeiro sofreu perdas de renda substanciais, tendo em vista o gasto público e a massa salarial que ali não mais se realizara. (SILVA, P. 41), o Rio deixou de ser o ponto focal do gasto público e principal palco das decisões políticas nacionais, o Rio ficou órfão da sua principal vocação, a de centro diretor e palco dos principais acontecimentos nacional, chegava ao fim os anos dourados da história do Rio de Janeiro, que passa a sofrer, de forma mais acentuada, perdas relativas em todos os setores de sua economia, além perda de fôlego no aspecto da atração demográfica, fruto do arrefecimento mais acentuado da geração de renda regional, aliada a contínua degradação da qualidade de vida na região e diminuição das oportunidades de ascensão social. Silva (2004) nos aponta que em 1940 a renda per capita do Rio de Janeiro era 1,4 vezes maior que a nacional em 1960 esta cai para 76% e em 1980 chega a representar 40%, este índice nos mostra claramente o encolhimento sofrido pela economia carioca.

O carioca tratou com deboche a transferência da capital para o planalto central brasileiro, não cabia na cabeça do seu povo a ideia de mudar a capital nacional da cidade, considerada a mais bela do país, que tinha nesse período umas das melhores qualidades de vida do país, para um local longínquo e praticamente desabitado planalto central. Com isso o carioca assistiu a perda da capitalidade para Brasília de forma passiva, segundo Lessa (2000), os contemporâneos a este processo (1960), praticamente não perceberam as perdas que se processavam, tamanho era o sucesso da cidade neste período, principalmente com o sucesso inebriante que passa a cultura carioca, embalada pelo sucesso mundial da Bossa Nova. ” [...] Alguém diria que foi a “visita da saúde” ao prestígio, já iniciado seu declínio progressivo.” (LESSA, 2000, P. 345).

O Rio aceitou Brasília como uma piada. Lá seria a terra do famoso “amarelo Brasília”, em contraste com a morenidade carioca. O Rio, acostumado a renascer pelo centro à la Paris, a afirmar-se com a Copacabana Princesinha do Mar, não acreditava num construção que seria no interior desocupado. A resposta do Rio seria fazer outro movimento pela costa para, como Fênix, renascer. Entre a Novacap e a Belacap o carioca, confiante quanto ao futuro, apostou nesta última e voltou seu olhar para à Barra da Tijuca.” (LESSA, 2000, P. 289)

O Rio de Janeiro acostumado a discutir os rumos dos principais dos principais acontecimentos nacionais, não conseguiu exigir compensações pela perda da capital, os interesses do Rio, até então, não competiam com os interesses de outras regiões “Na verdade era atrofiada a musculatura política de defesa provinciana.” (LESSA, 2000, P. 289), Osorio (2006), afirma que não houve discussões mais aprofundadas sobre medidas compensatórias a serem adotadas, que pudessem diminuir os efeitos negativos causados pela transferência. Não se acreditava que a capital fosse se transferir de forma rápida para o planalto central, o que causou ainda mais conforto para o carioca, todavia este panorama muda drasticamente no governo militar, que na ânsia de isolamento e esterilidade políticos inexistente na “Belacap”, acelerou a transferência da capital.

Nesse ínterim, o carioca se iludiu com a criação do estado da Guanabara, que passou a contar tanto com receita e cargos burocráticos municipal e estadual em seu exíguo território, o que atenuou sobremaneira o baque instantâneo da perda da capital, alienando ainda mais o povo carioca, porém este alento teve prazo de validade bastante diminuto, pois em 1975 a Guanabara é fundida ao antigo estado do Rio de Janeiro. A falta de zelo nas negociações por medidas compensatórias e o descaso do governo federal mostrou-se ainda mais perniciosas, como podemos observar a seguir.

“A União continuou a ser a maior proprietária urbana da cidade. Não transferiu para a Guanabara equipamentos tipo Floresta da Tijuca, Ferrovia do Corcovado etc. No transcurso destas décadas, o governo federal revelou-se proprietário progressivamente relapso, desinteressado em preservar seus equipamentos. Criou pontos de “apodrecimento” e desqualificação do tecido urbano da cidade, ao subutilizar e permitir a degradação dos próprios federais locais. Permitir que o governo federal continuasse como um gigantesco operador de equipamentos de interesse predominantemente local ou regional foi um erro estratégico da negociação. (LESSA, 2000, P. 357)

Na época da fusão, conforme salientamos linhas atrás, Guanabara e Rio de Janeiro viviam situações econômicas e sociais bastante diversas. Enquanto a Guanabara era próspera e desenvolvida o antigo Estado do Rio de Janeiro era pobre e estagnado, conforme salienta Loureiro (2006, P. 67) “A cidade do Rio, então um importante centro econômico, intelectual, político, cultural e cosmopolita do país, se viu diante do desafio de promover o desenvolvimento de um entorno pobre, atrasado e vazio.”. Além de Não ter havido planejamento que buscasse na época da fusão, diminuir os impactos negativos desta, principalmente para Guanabara, que ficou restrita e reduzida receita municipal e o estado agora preocupava-se também com os demais municípios. Podemos observar estas diferenças nas palavras de Lessa (2000, P. 373).

“A RMRJ é uma bomba de efeitos retardos, herança da transferência da capital e da fundação da Guanabara. O Rio, como metrópole, permaneceu de 1960 a 1975 sob a atuação de duas esferas políticas estaduais. Praticou-se uma orientação que aumentou os desníveis e descontinuidade entre Guanabara e a Baixada Fluminense. Não houve sequer ensaio de planejamento espacial integrado. Pelo contrário: a política de desenvolvimento espacial da Guanabara buscou infletir e separar-se do crescimento da Baixada. A pesar do êxito de ocupação da Zona Oeste e da Barra da Tijuca, isto não impediu que a população da Baixada crescesse ininterruptamente, interassociada ao município do Rio.

É gritante a diferença entre os padrões de urbanos do Rio e Niterói, em comparação com os demais municípios da Baixada. Para aperfeiçoar a vida metropolitana seria necessário dinamizar os sistemas intermunicipais (saúde, educação, saneamento, transporte e etc.) e superar as descontinuidades historicamente constituídas. A Baixada foi, por muito tempo, terra de ninguém. O antigo Distrito Federal e a sucessora Guanabara na se sentiam obrigadas por seus problemas. As antigas administrações estaduais do Rio de Janeiro olhavam, prioritariamente, para Niterói e para o interior fluminense, assumindo a Baixada implicitamente, como uma “extroversão maléfica” da capital federal. Somente após a fusão o tema começou a ser aflorado.”

Entre os anos de 1960 e 1970 foram adotadas políticas, iniciadas ainda no governo do interventor guanabariano Chagas Freire, que buscavam desenvolver a economia fluminense através da implantação de distritos industriais, instalados principalmente na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. No início dos 70 já eram 11 distritos instalados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No final da década de 60 e início de 70, a economia nacional estava sob os efeitos do milagre econômico, onde se processou grande expansão da renda e vultosos investimentos públicos, em continuação a fase pesada da industrialização nacional. Estes fatos acabaram diminuindo, de certa forma, os impactos negativos das mudanças institucionais ocorridas em solo carioca. Mesmo assim, o Rio de Janeiro segundo Lessa (2000) não conseguiu instalar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro um círculo virtuoso e integrado de industrialização, a exemplo de São Paulo com o ABC, Minas Gerais Com a Região de Contagem e o Rio Grande do Sul com Vale dos Sinos.

Com a derrocada do Modelo de crescimento econômico adotados no Milagre Econômico e ainda sob os efeitos do primeiro choque internacional do petróleo, o governo do General Geisel, deu o último suspiro do projeto megalomaniaco Brasil Potência, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), onde foram tomadas as medidas mais importantes no que tange a desconcentração produtiva brasileira. Este procurou identificar os principais gargalos de infraestrutura da economia brasileira, e preocupado com a grande concentração industrial exercida por São Paulo, implantou um polo metal-mecânico em Minas Geral, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ao Rio de Janeiro, foram reservados investimentos em indústrias de tecnologia, com a instalação da Nuclebrás, fortaleceram-se as pesquisas em biotecnologia na Fundação Oswaldo Cruz, instalou-se em Jacarepaguá a Companhia Brasileira de Computadores (Cobra), iniciou-se a exploração de petróleo na Bacia de Campos e através da Companhia Vale do Rio Doce, implantou-se a Vale Sul. Coube ao Rio de Janeiro o papel de polo tecnológico brasileiro, com instalação na Universidade Federal do Rio de Janeiro o maior programa de pós-graduação em engenharia da América do Sul, as empresas estatais foram incitadas a instalar seus centros de pesquisa próximos a cidade universitária. (LESSA, 2000).

Contudo o Rio de Janeiro ao invés de continuar atraindo empresas para seu território assistiu muitas delas encerrarem suas operações ou transferir-se para outras regiões, como foi os casos da FMN e Standard Eletric que encerram suas operações, a tradicional indústria têxtil Nova América abandonou Del Castilho, a Cobra por falta de investimentos e demanda encerrou suas operações, a Nuclebrás foi desativada e o setor de construção naval que havia sido um caso de sucesso anos atrás, entra em processo de agonia (LESSA, 2000), a tentativa de ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional em Sepetiba (CSN II) não se confirmou, o projeto nuclear brasileiro demonstrou-se um verdadeiro fracasso.

Devido a perda da capital para Brasília, o sistema financeiro carioca que era até então o mais importante do Brasil, sofreu com perdas bastante consideráveis de importância a partir

de 1970, o PIB setorial regional caiu para a menos da metade. Isto ocorre em virtude das principais decisões e órgãos públicos não estarem mais situados em seu território, bem como os escritórios centrais das maiores e mais importantes empresas privadas estarem localizadas em São Paulo. Segundo Lessa (2000) dos 50 maiores bancos brasileiros em 1970, nove tinham suas sedes no Rio de Janeiro em 1991 restavam apenas cinco.

Com o fenômeno da desconcentração industrial a partir de 1970, onde aumentou o número de estados participando no VTI nacional, as perdas relativas ocorridas na economia do Rio de Janeiro começam a se mostrar de forma mais acentuada. Neste período tanto Rio quanto São Paulo perdem participação no VTI nacional “Entre 1970 e 1980, a taxa de participação do conjunto Brasil exclusive Rio e São Paulo, saltou de 28,1% para 41,4%, enquanto a participação de São Paulo foi reduzida de 56,6% para 48,9%. O Rio, como assinalado, manteve seu caminho de perdas relativas, tendo sua taxa caído de 15,3% para 9,7%.” (SILVA, 2004, P. 55). Em relação ao emprego industrial neste período de desconcentração, podemos observar seu comportamento nas palavras de Loureiro (2006, P.53)

“Assim como em todas as regiões brasileiras, o emprego industrial da metropolitana do Rio também cresceu, mas o fez em ritmo mais lento que as principais metrópoles brasileiras. A região apresentou a menor taxa de crescimento dentre as metrópoles selecionadas, crescendo em média cerca de 6% a.a., abaixo da taxa média anual de crescimento do emprego industrial do país, que alcançou 7,8%. Em São Paulo, o emprego na indústria também cresceu a uma taxa menor que a nacional (7% a.a.), mas ainda acima do percentual carioca. As demais regiões metropolitanas selecionadas, à exceção da metropolitana do Recife, experimentaram, na década de 1970, taxas de crescimento acima da média do país, como pode ser constatado através do aumento de suas participações relativas, na TAB.12.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Eurico. O livro do Rio. Rio de Janeiro: Desenvolvimento. Gernasa, 1970.

BELANGA, Tatiana Pedro Colla. Indústria Brasileira Nas Décadas de 1920 e 1930: Revisão as Polêmica e Exploração de Evidência Empírica. Teste Doutorado à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – 2011

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (coord.). O Rio de Janeiro e sua região. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1964.

BULHÕES, Octávio Gouvêa. Depoimento. Brasília: Banco Central do Brasil. Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais, 1990.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Tese de Doutorado à Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975.

_____. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e a Industrialização do Brasil. *Revista Economia*, Brasília (DF), v. 13, n.3b, p. 897-916, set./dez. 2012

CORREIA, Magalhães. O Sertão Carioca. 1936.

DELFIN NETTO, Antônio. O Problema do Café no Brasil. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1959.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.

JESUS, Igor Rosa Dias de. Planejamento Estratégico Governamental – o caso do Governo do Estado do Rio de Janeiro. *Congresso Internacional de Administração*. Ponta Grossa, PR, 21 a 25 de setembro de 2009.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Idem, ibidem, 2005.

LOUREIRO, Ana Cláudia Nonato da Silva. Rio de Janeiro: Uma Análise da Perda Recente de Centralidade. Dissertação de Mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - 2006

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (coord.) Problemas e potencialidades do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Políticos e Sociais; BANERJ, 1983. Apud: AMADO, Eurico. O livro do Rio. Rio de Janeiro: Desenvolvimento. Gernasa, 1970.

NISKIER, Arnaldo. Rio Ano 2000. Guanabara, Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1970.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Tese de Doutorado à Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

OSÓRIO, Mauro. Rio Nacional – Rio Local. Mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro, Senac, 2005.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, p. 31-58, set./dez. 2002.

SILVA, Robson Dias da. Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para Economia Nacional (1930-2000). Dissertação de Mestrado à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – 2004

TANNURI, L A. O Encilhamento. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

VIEIRA, Wilson. Apogeu e Decadência da Cafeicultura Fluminense (1860-1930). Dissertação de Mestrado à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - 2000